

DECLARAÇÕES UNIFICADAS

BORGON COMERCIO & SERVICOS LTDA

CNPJ 17.650.203/0001-26

Natureza Jurídica: Sociedade Empresária Limitada (LTDA)

Tipo: Microempresa

Município/UF: Rio de Janeiro / RJ

Endereço: Rua Conde de Irajá, 420, Apt 206, Botafogo – CEP 22271-020

Telefone/WhatsApp: (21) 93500-2242

E-mail: contato@borgon.com.br

Responsável Legal: Gabriel Borgongino

1. DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO E LIMITE DE RECEITA

A empresa **Borgon Comércio & Serviços LTDA**, CNPJ nº 17.650.203/0001-26, declara, sob as penas da lei, para fins de participação no Pregão Eletrônico, que, no ano-calendário de 2025, **não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como Microempresa**, conforme definido na Lei Complementar nº 123/2006.

2. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

A empresa **Borgon Comércio & Serviços LTDA**, CNPJ nº 17.650.203/0001-26, declara que **está ciente e de pleno acordo com todas as condições e exigências** contidas no Edital do Pregão Eletrônico, e seus anexos, e que cumpre integralmente os requisitos de habilitação previstos.

3. PLENO CONHECIMENTO DO AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA E SEUS ANEXOS

Tenho pleno conhecimento do referido Aviso de Contratação Direta e de seus anexos, bem como do recebimento de todos os documentos e informações necessários, os quais



CNPJ 17.650.203/0001-26



contato@borgon.com.br



www.borgon.com.br



+55 (21) 93500-2242

possibilitaram a correta elaboração da respectiva proposta comercial, declarando que aceito e me submeto a todas as condições estabelecidas no referido aviso e anexos.

4. DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS DE INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

A empresa **Borgon Comércio & Serviços LTDA**, CNPJ nº 17.650.203/0001-26, declara que **cumpe as exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitados da Previdência Social**, nos termos do artigo 116 da Lei nº 14.133/2021 e demais normas específicas aplicáveis.

5. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E ADMINISTRATIVA

Para a execução deste instrumento jurídico, as partes declaram conhecer a Lei Federal nº 12.846/2013, se comprometendo a atuar de forma ética, íntegra, legal e transparente, estando cientes de que não poderão oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta, indireta ou por meio de subcontratados ou terceiros, quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada.

Parágrafo primeiro – A responsabilização da pessoa jurídica subsiste nas hipóteses de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária, ressalvados os atos lesivos ocorridos antes da data da fusão ou incorporação, quando a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido.

Parágrafo segundo – As sociedades controladoras, controladas, coligadas ou, no âmbito do respectivo contrato, as consorciadas serão solidariamente responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei, restringindo-se tal responsabilidade à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado.

6. DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE NEPOTISMO

Para a execução deste instrumento jurídico, a CONTRATADA, por meio de seu



representante, declara não possuir em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, bem como dos ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados, direta ou indiretamente, aos órgãos na linha hierárquica da área encarregada da contratação.

7. DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS NORMAS DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO

Declaro, sob as penas da lei e para os devidos fins de comprovação junto à Prefeitura, que, na execução do presente contrato, são devidamente observadas as normas de saúde e segurança do trabalho pertinentes.

8. DECLARAÇÃO PARA FINS DE HABILITAÇÃO – ART. 63, INCISO I E § 1º, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

Considerando o inciso I do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, DECLARAMOS que atendemos aos requisitos de habilitação, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

Considerando o disposto no § 1º do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, DECLARAMOS, sob pena de desclassificação, que nossa proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9. INEXISTÊNCIA DE EMPREGADOS MENORES

Em atendimento ao que prevê o inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e para os fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei 14.133/2021, declaro que não empregamos menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, NÃO POSSUINDO, AINDA, qualquer trabalho de menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.



10. INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

Até a presente data, inexistem fatos impeditivos para a habilitação no presente processo, estando ciente da obrigatoriedade de comunicar quaisquer ocorrências posteriores.

11. IDONEIDADE PARA LICITAR

Declaro que esta empresa não foi declarada INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como que comunicarei qualquer fato ou evento superveniente que venha alterar a atual situação quanto à capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e idoneidade econômico-financeira.

12. ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

A proposta anexa foi elaborada de maneira independente, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame.

- A intenção de apresentar a proposta não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame.
- Não houve tentativa de influenciar a decisão de qualquer outro participante quanto à participação na licitação.
- O conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, comunicado ou discutido com qualquer outro participante antes da adjudicação do objeto da licitação.
- Estou plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e detento plenos poderes e informações para firmá-la.

13. INEXISTÊNCIA DE PENALIDADE

Declaro que não foram aplicadas as seguintes sanções, cujos efeitos ainda vigorem:

a) Suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar, imposta por qualquer órgão ou entidade da Administração;



- b) Impedimento de licitar e contratar, imposto por qualquer órgão ou entidade da Administração;
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, imposta por qualquer órgão ou entidade da Administração.

14. DECLARAÇÃO DE ME OU EPP

(X) Microempresa/ME, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 04/12/2006.

Declaro ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da referida Lei Complementar.

15. DECLARAÇÃO DE ISENÇÃO DE APRESENTAÇÃO DE BALANÇO, ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO E INSCRIÇÕES ESTADUAL E MUNICIPAL

Declaro, para os devidos fins, que somos microempresa e que pretendemos auferir os benefícios do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006: Estamos dispensados da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal, da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício, conforme dispõe a referida lei.

Portanto, caso necessário, solicito o reconhecimento de nossa condição e que sejam aplicados os benefícios previstos na legislação vigente para a participação em licitações públicas.

Rio de Janeiro, 25 de Maio de 2025.

Gabriel Borgongino
Sócio-Administrador
Borgon Comércio & Serviços LTDA



CNPJ 17.650.203/0001-26



contato@borgon.com.br



www.borgon.com.br



+55 (21) 93500-2242